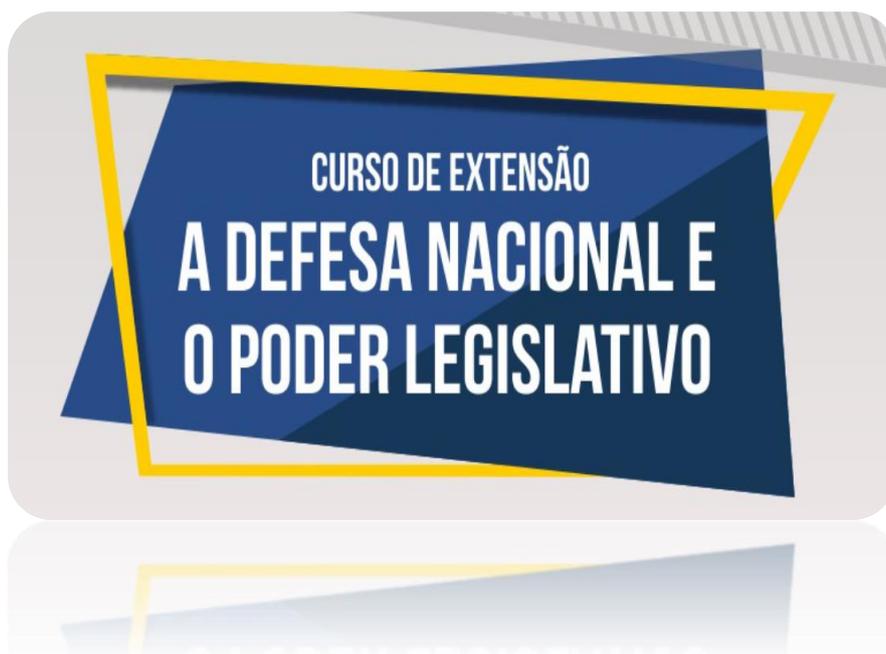




PROJETO PEDAGÓGICO

2022



Aprovado em .

SUMÁRIO

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.....	7
Escola Superior de Defesa	7
Instituto Legislativo Brasileiro	7
TERMO DE COOPERAÇÃO	9
1. APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	10
2. OBJETIVOS DO CURSO	14
3. REQUISITOS PARA ACESSO AO CURSO	15
4. NÚMERO DE VAGAS	15
5. PERFIL DO EGRESSO.....	15
6. REQUISITOS TECNOLÓGICOS.....	15
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	16
7.1 Carga horária	16
7.2 Corpo docente	16
7.3 Estratégias pedagógicas.....	17
7.4 Avaliação da aprendizagem.....	17
7.5 Exercício de Simulação do Processo Decisório	18
7.5.1 Enfoque da Defesa Nacional	18
7.5.2 Enfoque do Poder Legislativo.....	18
7.6 Comunicação de resultados e arquivo	19
7.7 Pedido de revisão de conceito.....	19
7.8 Frequência às atividades escolares.....	19
7.9 Conselho de ensino.....	Erro! Indicador não definido.
7.10 Certificado de conclusão de curso e histórico escolar	20
8. AVALIAÇÃO DO ENSINO	20
9. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA E DESLIGAMENTO DO CURSO	21
10. MATRIZ CURRICULAR	22
11. QUADRO GERAL DO CURSO.....	23
ANEXOS.....	24
A. Plano de Disciplinas.....	24
B. Cronograma.....	33

COMANDANTE ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Tenente Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo LOURENÇO

COMANDANTE ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA
Vice-Almirante Paulo Renato ROHWER Santos

SUBCOMANDANTE ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA
Cel Av Mauro Henrique MONSANTO da Fonseca e Souza

CHEFE DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

General de Brigada R1 Carlos Henrique **TECHE**

DIRETOR – EXECUTIVO DO INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Doutor **LEONARDO** Augusto de Andrade Barbosa

COORDENADOR- GERAL DO INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Professor Doutor **LUIS FERNANDO** Pires Machado

CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Capitão de Mar e Guerra **ROGÉRIO SALES**

DIRETOR DO CURSO DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Coronel R1 Fernando Sousa **BEZERRA**

DIRETOR ADJUNTO DO CURSO DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Coronel R1 **DAVID** de Andrade Teixeira

DIRETOR DO CURSO DO INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Doutor **LEONARDO** Augusto de Andrade Barbosa

COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CURSO NA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Pedagoga Me Maria **ALESSANDRA** Lima Moulin

COORDENADORA PEDAGÓGICA DO CURSO NO ILB

Pedagoga Me **TELMA** América Venturelli

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Professor Doutor **FÁBIO** Albergaria de Queiroz

Professor Doutor **PETERSON** Ferreira da Silva

COORDENAÇÃO DA SIMULAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO

Professor Doutor **JULIO** Eduardo da Silva Menezes

TUTORES ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA

Coronel R1 Fernando Sousa **BEZERRA**

Coronel R1 **DAVID** de Andrade Teixeira

CF Mestre **PATRÍCIA PONTES** Bezerra

Professora Doutora **CINTIENE** Sandes Monfredo Mendes

Professor Doutor **FÁBIO** Albergaria de Queiroz

Professor Doutor **JÚLIO** Eduardo da Silva Menezes

Pedagoga Mestre Maria **ALESSANDRA** Lima Moulin

Professor Doutor **PETERSON** Ferreira da Silva

Professora Doutora **VIVIANE** Machado Caminha

Curso de Extensão “A Defesa Nacional e o Poder Legislativo”

Em 2018, o Ministro da Defesa informou à Escola Superior de Guerra (ESG) a intenção de aproximar a temática de Defesa do Poder Legislativo, entendendo que um caminho seria por intermédio de ação na área do ensino, com vistas a levar a integrantes do Congresso Nacional o peculiar conhecimento da área da Defesa Nacional.

Em 2019, tem início a intenção ministerial a qual se materializou, em 2020, com a concepção de um curso direcionado essencialmente a consultores e assessores parlamentares. Tratativas foram levadas a efeito entre a ESG e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), instituições representativas do Ministério da Defesa e do Senado Federal para este fim, respectivamente. O Campus Brasília da ESG, à época, apresentou uma proposta de currículo construída em parceria com o ILB, concebendo um curso na modalidade extensão, sendo aprovada a concepção pelo Comandante da ESG e pelo Diretor do ILB, em caráter experimental.

Ainda em 2020, diante do quadro de pandemia da COVID-19, o curso foi adiado para o segundo semestre, sendo oficialmente denominado **Curso de Extensão “A Defesa Nacional e o Poder Legislativo”**, em regime de aulas remotas, consolidando a parceria por meio de um curso piloto.

No ano de 2021, ainda com a configuração sanitária explicitada acima, o curso seguiu, com algumas alterações oriundas do processo avaliativo da concepção e da condução do curso, promovido pela equipe diretiva, coordenação pedagógica e discentes. Tais alterações, contempladas em seu Projeto, foram cruciais para a ampliação da melhoria da qualidade do ensino.

Em 1º de outubro, a Escola Superior de Guerra *Campus* Brasília torna-se Escola Superior de Defesa (ESD) com a atribuição de desenvolver atividades de estudo, pesquisa, ensino, extensão, difusão e intercâmbio, em temas de interesse da defesa nacional, incluídos os aspectos fundamentais relacionados à Segurança e ao Desenvolvimento nacional, com atendimento prioritário aos civis dos três poderes, bem como de instituições privadas que sejam de interesse da sociedade.

A terceira edição do curso será realizada, ainda, remotamente e em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal, em consonância com o Protocolo de Intenções de Intercâmbio Cultural de interesse comum do SENADO/ILB e do MD/ESD.

Nesse contexto histórico, aprovo o **Projeto Pedagógico do Curso de Extensão “A Defesa Nacional e o Poder Legislativo”, versão 2022.**

Brasília, 08 de dezembro de 2021.

Tenente Brigadeiro do Ar LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO
Comandante da Escola Superior de Guerra

Doutor LEONARDO Augusto de Andrade Barbosa
Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro

CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Núcleo Docente Estruturante (NDE) designado pelo Comandante da Escola Superior de Defesa e pelo Diretor do Instituto Legislativo Brasileiro para conceber academicamente o Curso e elaborar processos pedagógicos correspondentes:

Coronel Aviador R/1 Fernando Sousa **BEZERRA** – Diretor do CDNPL pela ESD.

Coronel Intendente R/1 **DAVID** de Andrade Teixeira - Diretor adjunto.

Doutor **LEONARDO** Augusto de Andrade Barbosa - Diretor do curso no âmbito do ILB.

Profª Me Maria **ALESSANDRA** Lima Moulin - Coordenadora Pedagógica (ESD)

Prof Dr José **FLORIANO** Pereira Lima Filho – Diretor do CDNPLO pelo ILB

Matheus Garcia Barbosa Figueiredo – Coordenador Técnico de Ensino

Pedagoga Me **TELMA** América Venturelli Coordenadora Pedagógica pelo ILB

Professor **Fabio Almeida** Lopes - Docente pelo ILB e Coordenador de Simulação ILB

Professor Doutor **PETERSON** Ferreira da Silva (Docente ESD).

Professor Doutor **JÚLIO** Eduardo da Silva Menezes (Docente ESD).

Professor Doutor **FÁBIO** Albergaria de Queiroz (Docente ESD).

Escola Superior de Defesa



A **Escola Superior de Defesa (ESD)**, criada pelo Decreto nº 10.809, de 23 de setembro de 2021, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Defesa com sede em Brasília/DF, é um Instituto de Altos Estudos em Defesa com foco em Segurança, Defesa e Desenvolvimento e realizará estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse de defesa, com foco prioritário nos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de instituições de interesse, atendendo também militares das Forças Armadas e Auxiliares.

A Escola também terá o importante papel de aproximar os órgãos de Governo e dos demais Poderes, que integram o centro político administrativo do País, bem como estimular o fundamental envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa.

Herdeira do acervo físico e acadêmico da Escola Superior de Guerra – Campus Brasília, a Escola Superior de Defesa se alinha à expansão de uma Escola de Altos Estudos em Defesa na capital federal estabelecida na Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, com o intuito de desenvolver o pensamento de defesa nas lideranças civis, instaladas no centro do poder político nacional.

A ESD se junta à ESG, instalada na cidade do Rio de Janeiro, de maneira a se complementarem e ampliarem as suas capacidades de “pensarem o Brasil”.

Em Brasília, a Escola está sediada, desde dezembro de 2019, no Setor de Mansões Dom Bosco, Jardim Botânico, Lago Sul (Campus Jardim – anteriormente utilizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, entidade vinculada ao Ministério da Economia).



Instituto Legislativo Brasileiro

O Senado Federal vem desenvolvendo atividades educacionais para formação, profissionalização, atualização e aperfeiçoamento de seu quadro de servidores desde 1970. Inicialmente, por meio do Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; depois, pelo Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), transformado, em seguida, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN) e, a partir de 1997, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Desde então, o ILB tem oferecido para servidores da Casa e de órgãos conveniados: a) cursos presenciais de formação e capacitação; b) educação a distância para o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, para países de língua estrangeira e para a sociedade em geral, utilizando metodologia própria; e c) outras atividades de ensino.

Em 2018 o ILB foi contemplado com o recredenciamento junto ao MEC para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu presencial e credenciamento para a oferta de especializações via EAD.

Em 2019, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), gestor da Escola de Governo do Senado Federal, por meio da Coordenação de Educação Superior (COESUP) em parceria com a Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa (ESG), formularam o presente curso de extensão na modalidade de ensino com aulas remotas síncronas – on line, discentes e docentes/tutores, em tempo real -, que consiste na primeira iniciativa voltada para a discussão da relação entre Defesa Nacional e suas interligações com o Poder Legislativo.





Secretaria de Administração de Contratações - SADCON
Subsecretaria de Planejamento e Controle de Contratações - SSPLAC
Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO

Resumo de Protocolo de Intenções

Protocolo de Intenções - PI 2020/0007 Vigência: 14/09/2020 a 13/09/2025
NUP da Avença: 00100.081937/2020-00

Modalidade: Não se Aplica Nº da Licitação: -

Categoria do objeto: Intercâmbio Cultural

Objeto: Estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum do SENADO/ILB e o do MD/ÉSG.

Histórico de Fornecedores

1. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA) - MD [CNPJ: 03.630.954/0001-76] (14/09/2020 - 13/09/2025)

Processo(s)

Principal: 00200.012556/2019-19

Aditivos

Não existem termos aditivos relacionados a(o) protocolo de intenções.

Gestores ativos

Tipo de Gestão	Nome	Lotação	Telefone	Ato DGER	BAP
Órgão	SERVIÇO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	SCCO		79062019	7025

Empenhos

Não existem empenhos relacionados a(o) protocolo de intenções.

Valores

Não existem valores relacionados a(o) protocolo de intenções.



o gerado automaticamente pelo Sistema Gestão de Contratos (adm.senado.gov.br/gestao)
lo usuário terezam, em 14 de Setembro de 2020, às 10:49.

Página 1 de 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6893B48300382A8D.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/algadweb/v.aspx>.



1. APRESENTAÇÃO DO CURSO

Existem certos aspectos das Funções de Estado que necessitam ser continuamente aperfeiçoados, eles dizem respeito diretamente à existência e à longevidade do País caracterizado pela Segurança, pelo Desenvolvimento e pela Defesa da Nação, **mais, especificamente, sob o olhar, a perspectiva, a atuação e a égide do Ministério da Defesa de das Forças Armadas.**

Como, quando, quem, onde, de que forma, com que fundamento e a que custo poderá atuar no trinômio Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacional, para que as Funções do Estado se mantenham aprimoradas, garantindo a existência, a longevidade e o ‘bem-estar’ do País?

Ora, dentre as instituições cujas missões permeiam os diferentes cenários de realidades do País estão o Poder Legislativo e o Poder Executivo. A estes Poderes cabe o desafio acima identificado.

Neste sentido, os Centros de Pesquisa, Formação e Capacitação do Instituto Legislativo Brasileiro, do Poder Legislativo e a Escola Superior de Guerra Campus Brasília, do Ministério da Defesa, do Poder Executivo, formaram parceria.

A pretensão é atender as demandas por pesquisar, estudar e compartilhar Práticas e Conhecimentos de Segurança, do Desenvolvimento e Defesa analisando seu relacionamento e suas implicações biunívocas junto aos Processos e projetos Legislativos.

A presente proposição contribuirá com o atendimento à necessidade de Segurança Jurídica para as ações que possam promover a Segurança, o Desenvolvimento e a Defesa da Nação, auxiliando o entendimento e a construção de Leis, fundamentando Ações, Atividades e Programas Governamentais e Gestão Orçamentária.

A princípio o escopo do interesse foi identificado no âmbito das Comissões que versão temas da Segurança, do Desenvolvimento e da Defesa, com origem no Senado, na Câmara e no Ministério da Defesa.

O universo do conteúdo da temática Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacional é sobremaneira extenso. Um interessante resumo pode bem ilustrar a questão:



acolhida de refugiados, Intervenção RIO, Greves e protestos, Epidemias, Desastres, Soldado Cidadão, PROFESP, Copa/Olimpíadas/ECO92, Repressão e Combate ao Narcotráfico vias fluviais, nas Fronteiras, selva, aerovias, Logística e Mobilização, Presença do Estado em áreas isoladas na Saúde, Amazônia Azul, Pelotões de Fronteira, Controle do Espaço Aéreo, Calha Norte, COMARA, Defesa e Segurança dos Mares e Rios, Territorial e Espaço Aéreo, Defesa (Cibernética, Química, Biológica, Nuclear e Radioativa), Gestão Estratégica de Defesa, Direito - Humanitário, dos Conflitos Armados, vias fluviais, mar, aerovias, Patrimônio Histórico & Cultural e Biológico & Genético, Gestão nas Rotas e Vias (Marítimas, Hidrovias, Ferrovias, Estradas, Aéreas), P&D, ITA, IME, Submarino Nuclear, Estação Antártica Comandante Ferraz, Indústrias de Defesa Naval, Militar e Aeroespacial (aeronaves, lançadores e satélites), Fomento, Empreendedorismo e Comércio Exterior.

Contudo, a abordagem, para a presente parceria, será voltada para o entendimento fundamental do alicerce sobre o qual se estabelece a miríade de aspectos e peculiaridades da Segurança, Desenvolvimento e Defesa, inerentes ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas.

O processo legiferante configura-se atividade-fim do Poder Legislativo previsto na Constituição Federal e nos Regimentos Internos do Senado Federal, Câmara dos Deputados. Competências e atos legislativos têm sido objeto de estudos e análises tanto nos meios acadêmicos como por analistas e profissionais dos diversos segmentos sociais, em busca de respostas ou apresentando soluções dos problemas enfrentados na legislação brasileira.

A presente proposta visa oferecer uma visão teórica e prática das estruturas, princípios, instituições e mecanismos do Poder Legislativo para integrantes do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, bem como alunos selecionados pelo Senado Federal dentre servidores do próprio órgão, da Câmara dos Deputados ou de instituições parceiras com sede no DF.

O curso promoverá debates e estudos de casos envolvendo os órgãos legiferantes para a construção das leis, tomando por base as normas regimentais e as posturas dos legisladores, de acordo com as agendas e o comportamento da defesa nacional.

Desta forma, os estudos de caso e demais atividades desenvolvidas pelo curso irão aliar a vivência dos assessores parlamentares das Forças Armadas e servidores que



atuam nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o conhecimento teórico sobre processo legislativo e o engajamento das Forças Armadas na participação no processo legislativo por meio dos parlamentares

O Curso terá como público-alvo os consultores e assessores legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, previamente designados por suas instituições, bem como os assessores diretamente ligados ao Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

A primeira edição do CDNPL (2020) foi muito bem avaliada pelos discentes por meio de instrumentos específicos para avaliação do ensino. Verificou-se, entretanto, a necessidade de ampliação da carga horária visando otimizar a relação teoria- prática. Essa questão foi observada pela equipe de docentes, da coordenação e da diretoria do curso como proposta para ampliar o debate acerca de Segurança, Desenvolvimento e Defesa conforme estabelecido nos objetivos específicos do curso.

O exercício de crise internacional do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) foi colocado como proposta de uma inserção do grupo de discentes do CDNPL em atividades práticas (cerca de 19h), mesmo que ainda como observadores do exercício (2020). Porém, houve uma baixa demanda dos discentes e a coordenação avaliou que não houve um ganho pedagógico adequado com o trabalho desenvolvido nessa modalidade. Portanto, sugeriu-se a incorporação de um exercício prático de simulação, desenvolvido pela equipe, especificamente para o curso CDNPL.

A natureza do curso requer um programa focado no desenvolvimento de metodologias mais ativas e atividades em que o aluno seja protagonista de seu processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, as atividades de natureza laboratoriais são indispensáveis.

Desta forma, o curso passou de 60h para 104h, incorporando exercícios de simulação e uma **organização didático-pedagógica voltada para atender à perspectiva do protagonismo discente.**

Nesse contexto, o CDNPL 2022 atenderá às seguintes premissas:

- Manutenção de entrevistas online, visando a aproximação entre as instituições de ensino e os discentes, bem como o delineamento do perfil do grupo.



- Ampliação do uso de metodologias ativas, por meio de atividades de simulação do processo decisório. Consiste em exercício prático, a ser realizado em grupos, sob a supervisão de um tutor, para simular o processo de tomada de decisão em torno de cenários de múltiplas complexidades, assim como demonstrar capacidades e habilidades adquiridas para assessoramento legislativo, nos níveis políticos e estratégicos, referentes ao papel do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Armadas, seus projetos estratégicos e seus reflexos para a Base Industrial de Defesa (BID);
- Ampliação e aprofundamento dos processos de discussão acerca da temática segurança, desenvolvimento e defesa;
- Discussão e apresentação dos temas, por meio de atividade remota direcionada pelas proposições da equipe gestora e equipe docente do curso.

A mudança do foco metodológico e a ampliação do foco teórico possibilitaram maior interação entre as instituições, ampliando a compreensão sobre a temática em tela e as ações decorrentes dessa compreensão nos contextos profissionais supracitados.

Dessa forma, visando a solidificação dos processos, a versão do curso 2022 manterá as atividades conduzidas em 2021 e aprovadas por diretores, docentes, coordenadoras pedagógicas e discentes.

Levando em consideração a avaliação da equipe, também serão implementadas mudanças na terceira versão do curso, a saber, a inserção de:

- Atividade presencial de dinâmica de grupo, a ser conduzida pela Divisão Pedagógica da Escola Superior de Defesa. Essa atividade tem por objetivo integrar os discentes e subsidiar a equipe pedagógica no processo de distribuição dos grupos para as atividades de simulação.
- Cenário de simulação do Processo Decisório, voltado para a temática do Poder Legislativo.
- Atividade pedagógica, guiada, para conhecimento *in loco* de atividades das Forças Armadas, visando aprofundar o conhecimento de seu preparo e emprego.



2. OBJETIVOS DO CURSO

GERAL

Desenvolver competências para a compreensão dos conceitos e abordagens sobre segurança, desenvolvimento e defesa nacionais, analisando o papel do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, seus Projetos Estratégicos e seus reflexos para a Base Industrial de Defesa e aplicações práticas na sociedade, a fim de subsidiar consultores e assessores parlamentares quanto aos projetos e às iniciativas do Poder Legislativo.

ESPECÍFICOS

1. Identificar os principais conceitos e abordagens de segurança, desenvolvimento e defesa nacionais, assim como suas interfaces com o Poder Legislativo;
2. Reconhecer o papel e a amplitude do campo de atuação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;
3. Identificar os projetos estratégicos da defesa nacional e as suas implicações para o desenvolvimento nacional;
4. Analisar a importância dos projetos estratégicos das Forças Armadas e seus reflexos para a Base Industrial de Defesa, em especial no que tange aos aspectos relacionados à economia e à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I);
5. Aplicar conhecimentos do campo da segurança e defesa nacionais em projetos e iniciativas do Poder Legislativo;
6. Discutir o estado da arte da geopolítica global de interesse para a segurança, desenvolvimento e defesa nacionais.
7. Identificar os principais conceitos e dinâmicas de negociação do Poder Legislativo e as suas implicações para a segurança, desenvolvimento e defesa nacionais;
8. Experimentar desafios da construção de consenso e da defesa de interesses na tomada de decisão coletiva.



3. REQUISITOS PARA ACESSO AO CURSO

O requisito básico para ser aluno do curso é ser consultor ou assessor parlamentar, atender aos critérios informados na página eletrônica, apresentar a documentação exigida pela COESUP/ILB e pela ESD.

Além disso, o candidato a discente, deverá elaborar uma carta, direcionada à equipe da COESUP/ILB de, no máximo, duas laudas explicitando o motivo de interesse no referido curso, anexando seu mini currículo ou link para acesso ao Lattes (plataforma CNPQ).

A COESUP encaminhará a listagem de matriculados, bem como as referidas cartas para a equipe da ESD.

4. NÚMERO DE VAGAS

Até 40 vagas, sendo até dez para integrantes do Ministério da Defesa e das Forças Armadas e até 30 para alunos selecionados pelo Senado Federal dentre servidores do próprio órgão, da Câmara dos Deputados ou de instituições parceiras com sede no DF.

5. PERFIL DO EGRESSO

Após o curso o aluno será capaz de conhecer os conceitos de Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacionais bem como realizar suas interfaces com o Poder Legislativo.

6. REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Dispositivos eletrônicos com acesso à internet para assistir às aulas remotas, com uso de câmera e microfone. A plataforma Microsoft Teams será utilizada por docentes e discentes, podendo ser acessada pelos alunos por computador, notebook, celular ou tablete, com especificações padrão, bastando o acesso à rede mundial de computadores e memória para armazenagem de vídeos e material de estudo concernente.



7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso **A Defesa Nacional e o Poder Legislativo** tem como premissas duas vertentes, **(1)** o estudo da área de Segurança, de Desenvolvimento e de Defesa Nacional, no que tange ao Ministério da Defesa e das Forças Armadas e **(2)** o estudo da área Legislativa do Congresso Nacional.

Será realizado por meio de aulas remotas e propostas de atividades a serem realizadas individualmente e/ou em grupo bem como por meio de um exercício de simulação de processo decisório.

O curso abordará cinco eixos, a saber:

- 1 – O Pensamento Brasileiro de Defesa Nacional;
- 2 – A Atuação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;
- 3 – Os Projetos Estratégicos de Defesa Nacional;
- 4 – A Base Industrial de Defesa Nacional; e
- 5 – O Poder Legislativo e Defesa Nacional.

Cada eixo é subdividido em aulas que versam sob a temática proposta, conforme quadro de aulas apresentado nesse projeto (p.21).

Além dos eixos acima explicitados o Curso contará com atividades de simulação com foco na Defesa Nacional e no Poder Legislativo, conforme plano de disciplinas anexas (p. 23)

7.1 Carga horária

O curso terá duração de 14 semanas e carga horaria total 104 horas.

7.2 Corpo docente

Docentes do quadro da Escola Superior de Defesa e facilitadores indicados pelo Senado Federal, podendo ser servidores do próprio órgão ou de instituições parceiras que se disponham a atuar de forma voluntária.

Não haverá pagamento de Gratificação por encargo de cursos e concursos para os



facilitadores voluntários do Senado Federal.

Os docentes da Escola Superior de Defesa serão convidados pelo Diretor do Curso e designados, por portaria, pelo comandante da ESD.

7.3 Estratégias pedagógicas

Serão utilizadas aulas remotas, palestras, fóruns de discussão, exercícios práticos e debates online para a apresentação do conteúdo e/ou para a consolidação do processo de ensino-aprendizagem. As estratégias pedagógicas estão pautadas no processo de aprendizagem significativa, tendo como foco a metodologia ativa por meio do protagonismo discente. Desta forma, uma das principais estratégias é o uso da simulação do processo decisório, com a participação de tutores, momento em que o discente coloca em prática os conteúdos apreendidos nas aulas conceituais.

7.4 Avaliação da aprendizagem

Os discentes serão avaliados por sua participação ativa nas atividades propostas, bem como por sua frequência às aulas remotas, atentando para o mínimo de 70% de aproveitamento, conforme preconizado nesse Projeto.

A avaliação do curso é realizada nas atividades de simulação do processo decisório. As atividades ocorrem em nível crescente de complexidade.

Serão realizados três cenários acerca da temática Defesa Nacional, sob responsabilidade da equipe da ESD, e um cenário acerca da temática Poder Legislativo, sob responsabilidade da equipe do ILB.

A cada cenário os discentes são avaliados em grupo pelos tutores (60% da nota), pelos pares (20% da nota), e se auto avaliam (20% da nota).

A nota final do curso corresponde à nota obtida em cada cenário dividido por 4 (número total de cenários avaliados).

Caso haja desacordo com a nota obtida o discente poderá solicitar revisão à Direção do Curso, escrito de próprio punho ou por e-mail, e no prazo máximo de cinco dias após lançamento, explicitando os motivos pelos quais está em desacordo.



A Direção do Curso se encarregará de providenciar a análise pela equipe da coordenação acadêmica e coordenação de simulação que darão o parecer favorável ou desfavorável ao pleito, no prazo máximo de dez dias, a contar do recebimento da solicitação.

7.5 Exercício de Simulação do Processo Decisório

7.5.1 Enfoque da Defesa Nacional

O objetivo do exercício de simulação do processo decisório é demonstrar a complexidade de um ambiente de negociação envolvendo diversos órgãos governamentais, num ambiente em que o gerenciamento de recursos de toda a natureza é fator determinante, estimando-se três cenários cujos níveis de complexidade são apresentados em escala crescente.

O exercício será executado da seguinte forma:

Cenário 1 – Nível Intraministerial

Cenário 2 – Nível Interministerial

Cenário 3 – Gabinete de Crise da Presidência da República

A Simulação será realizada ao longo do curso, perfazendo 26h/aula, contemplando a preparação e a atividade de simulação propriamente dita. Os critérios avaliativos estão descritos nesse PPC, no item Avaliação da Aprendizagem.

7.5.2 Enfoque do Poder Legislativo

Cenário 4

O objetivo do exercício de simulação do processo decisório é demonstrar a complexidade de um ambiente de negociação envolvendo diversos atores políticos parlamentares, num ambiente em que a defesa de interesses e de posições é fator determinante, apresentando cenário único dividido em dois momentos cujos níveis de complexidade são apresentados em escala crescente.

O exercício será executado da seguinte forma:

Momento 1 – Formação de Alianças e Construção de Agenda

Momento 2 – Deliberação em Comissão e em Plenário



A Simulação será realizada ao longo do curso, perfazendo 10h/aula, contemplando a preparação e a atividade de simulação propriamente dita. Os critérios avaliativos estão descritos nesse PPC, no item Avaliação da Aprendizagem.

7.6 Comunicação de resultados e arquivo

Os resultados das verificações de aprendizagem serão fornecidos aos discentes ao final de cada disciplina, sob a forma de conceito.

O Diretor do Curso, por meio de seus Coordenadores de Simulação, processará e fornecerá os resultados das avaliações, componente de cada disciplina, traduzidos em forma de conceito.

O resultado das avaliações das disciplinas será encaminhado à Divisão de Apoio Acadêmico -ESD, por meio do Praça em apoio ao curso, e/ou por equipe designada pelo ILB, que efetuará o registro do conceito e a divulgação aos discentes (plataforma de aprendizado virtual, lista impressa, etc.).

Os conceitos recebidos serão computados e registrados pela Divisão de Apoio Acadêmico para composição do Histórico Escolar do aluno e posterior emissão do Certificado de Conclusão de Curso.

7.7 Pedido de revisão de conceito

A primeira instância para a solicitação de revisão de conceito é o próprio coordenador de simulação. Caso não haja a alteração esperada, o discente poderá solicitar ao Diretor do Curso (ESD e/ou ILB) um pedido formal de revisão de conceito, por e-mail ou requerimento de próprio punho. Os Diretores determinam a composição de uma banca para avaliação do conceito. Esta banca será composta por dois professores (um da ESD e um do ILB) bem como pelo tutor do grupo do qual o discente fez parte.

7.8 Frequência às atividades escolares

É responsabilidade do aluno a assinatura da lista de presença diária, sendo responsabilidade da equipe de Apoio de TI o repasse das informações acerca da frequência.



As faltas deverão ser comunicadas, tempestivamente, ao Diretor do Curso por meio de e-mail contendo justificativa. Necessidades de faltas inopinadas devem ser comunicadas ao Diretor imediatamente e/ou posteriormente também via e-mail.

O aluno deverá ter frequência superior ou igual a 75% das atividades totais de ensino. Casos específicos deverão ser submetidos ao Diretor do Curso para as devidas providências.

Caso o aluno venha a incidir 15% de faltas no curso, a Divisão de Apoio Acadêmico - ESD, por intermédio da Secretaria Acadêmica, encaminhará um Comunicado de Faltas ao discente, com recibo de ciência na cópia, e a arquivará na própria Secretaria. Esse procedimento estará em consonância com o ILB.

Se o discente atingir 20% de faltas será encaminhado ao aluno novo Comunicado de Faltas, seguindo a mesma rotina mencionada acima. Porém, neste caso, a Divisão de Apoio Acadêmico da ESD encaminhará ofício ao órgão de origem do discente, notificando as faltas acumuladas e destacando que, caso ocorra a superação do limite de 25%, o discente será desligado do curso. Em se tratando de aluno selecionado pelo ILB, as comunicações serão processadas por esse Instituto.

7.9 Certificado de conclusão de curso e histórico escolar

Os discentes que satisfizerem os critérios de aprovação previstos no item 7.2.3, receberão o certificado de conclusão de Curso de Extensão “A Defesa Nacional e o Poder Legislativo, contendo a carga horária total de 104 horas referentes aos módulos/disciplinas cursados, os alunos que obtiverem 75% de frequência e forem aprovados nas avaliações propostas. O curso será certificado pelo ILB e ESD, simultaneamente.

8. AVALIAÇÃO DO ENSINO

O trabalho de avaliação do ensino é coordenado pela Divisão Pedagógica da Escola Superior de Defesa em consonância com o ILB. Serão realizadas pesquisas de opinião em que os alunos apresentarão seu ponto de vista acerca do trabalho desenvolvido durante o curso, contribuindo para seu aperfeiçoamento.



As pesquisas serão realizadas de forma anônima e em formulários online, sendo de extrema importância a participação.

Ao final do curso será produzido um relatório para apoiar o processo de tomada de decisão nas possíveis necessidades do curso subsequente.

9. CANCELAMENTO DE MATRÍCULA E DESLIGAMENTO DO CURSO

O cancelamento da matrícula e desligamento do curso dar-se-á caso o aluno não cumpra os critérios avaliativos propostos nesse Projeto Pedagógico ou incorra em ato divergente das proposições contidas no manual do aluno.

Para tanto, o aluno deverá entregar todos os trabalhos propostos nas disciplinas em fase presencial e/ou a distância, ser avaliado em conceito suficiente no trabalho de curso bem como obter a frequência mínima de 75% na fase presencial.

Além desses aspectos, todas as atividades acadêmicas previstas na programação do curso devem ser cumpridas, conforme calendário.

Caso o aluno, por necessidade pessoal ou profissional, necessite desligar-se do curso deverá solicitar por escrito de próprio punho ou via e-mail direcionado ao Diretor do Curso explicitando os motivos do pedido e comprovando a anuência de seu órgão de origem.



10. MATRIZ CURRICULAR

MÓDULO	DISCIPLINAS	UNIDADES DE ESTUDO	C H	COORD. DISCIPLINA
DEFESA NACIONAL	Pensamento Brasileiro de Defesa Nacional – PBDN	Estado Brasileiro e Defesa em perspectiva histórica	13	Professor Doutor Peterson
		Os documentos norteadores da defesa nacional: PND, END, LBDN		
		A agenda ampliada de segurança: dinâmica e atores		
		Poder Militar e Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)		
	O Ministério da Defesa e o Preparo e Emprego das Forças Armadas - MDPE	Cooperação Interorganizacional e coordenação interagências	11	Coronel R1 Fernando Sousa BEZERRA
		EMCFA: em operações conjuntas, subsidiárias, GLO, operação acolhida e operações de paz		
		A implementação do Planejamento baseado em capacidades		
		Marinha do Brasil: preparo e emprego		
	Base Industrial de Defesa e os Projetos Estratégicos - BIDPE	Exército Brasileiro: preparo e emprego	6	Coronel R1 Fernando Sousa BEZERRA
		Força Aérea Brasileira: preparo e emprego		
SEPROD: a importância da Base Industrial de Defesa				
Marinha do Brasil: Projetos Estratégicos				
Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacionais - SDD	Exército Brasileiro: Projetos Estratégicos	12	Professor Doutor Peterson	
	Força Aérea Brasileira: Projetos Estratégicos			
	Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR): desafios e oportunidades para a pesquisa científica brasileira (painel)			
	A atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (painel)			
Exercício de Simulação	Inteligência epidemiológica e segurança sanitária nas fronteiras	29	Professor Doutor Júlio	
	Programa Calha Norte e Desenvolvimento Nacional (PCN/MD)			
PODER LEGISLATIVO	Poder Legislativo e Defesa Nacional	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PIF/GSI)	2	Prof Flávio Luz
		O orçamento de defesa nacional e o processo legislativo		
		Peculiaridades do Processo Legislativo e o debate sobre Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacionais		
		Simulação do Processo Decisório – Poder Legislativo	8	Prof Fábio Almeida
Carga Horária Total			92	

ATIVIDADES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICAS	ATIVIDADE DE ESTUDO DE CAMPO	4
	Início e Encerramento Curso	8
Carga Horária Total		104



11. QUADRO GERAL DO CURSO

Módulo	Disciplinas	CH
Defesa Nacional	Pensamento Brasileiro de Defesa Nacional (PBDN)	13
	Ministério da Defesa e o Preparo e Emprego das Forças Armadas (MDPE)	11
	Base Industrial de Defesa e os Projetos Estratégicos (BIDPE)	6
	Segurança, Desenvolvimento, Defesa Nacionais (SDD)	12
	Exercício de Simulação do Processo Decisório (ESPD) – Defesa Nacional	29
Poder Legislativo	O orçamento de defesa nacional e o processo legislativo	2
	Legislativo e defesa nacional: CRE e CREDN	4
	Os papéis da CCAI e CSPCCO	4
	A CF 1988 e a relação entre Poder Legislativo e Executivo	4
	Exercício de Simulação do Processo Decisório (ESPD) – Poder Legislativo	8
Atividades Administrativas e Pedagógicas	Atividade de Estudo de Campo	4
	Início e Encerramento Curso	7
TOTAL		104



A. Plano de Disciplinas

DISCIPLINA		COORDENADOR		CÓDIGO	CH
1. Pensamento Brasileiro de Defesa Nacional		Titular: Prof. Dr. Peterson Silva		PBDN	13h/a
<p>EMENTA: A disciplina oferece um panorama sobre conceitos, abordagens e aspectos fundamentais do debate sobre segurança, desenvolvimento e defesa nacionais. Nesse sentido, ao longo da disciplina são abordados, de modo introdutório, tópicos essenciais para o Curso como um todo – vários dos quais aprofundados posteriormente em disciplinas específicas, mas que devem ser trabalhados desde o início do Curso. A disciplina se propõe, portanto, a apresentar conceitos básicos, as expressões do poder nacional; conceitos de segurança, ameaça, defesa e forças armadas; a relação entre segurança, desenvolvimento e defesa sob o enfoque de políticas públicas; os documentos Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN); história e missão do Ministério da Defesa; a agenda ampliada dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), a relação entre Poder Militar e CT&I, introdução às principais ferramentas de gestão e, por fim, principais conceitos e abordagens atinentes à cooperação interorganizacional e coordenação interagências.</p>					
<p>OBJETIVO GERAL: apresentar os principais conceitos, abordagens e aspectos fundamentais do debate sobre segurança, desenvolvimento e defesa nacionais</p>					
UE	H/A	TE	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1.1	4	AR	Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacionais: principais conceitos e abordagens	- Identificar os principais conceitos e fundamentos atinentes à segurança, ao desenvolvimento e à defesa nacionais.	- Conceitos e fundamentos sobre segurança nacional, defesa nacional, expressões do poder nacional, segurança pública, ameaças, defesa civil, segurança internacional, entre outros.
1.2	3	AR	Os documentos norteadores da defesa nacional (1996-2020): PND, END e LBDN	- Identificar as origens e as versões atuais dos principais documentos norteadores da defesa nacional.	- Principais diretrizes e objetivos da Política Nacional de Defesa (PND); Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).
1.3	3	AR	Estado brasileiro e Defesa em perspectiva histórica	- Discutir os caminhos históricos para chegar ao estado da arte da geopolítica de interesse para a segurança, desenvolvimento e defesa nacionais.	- Principais ocorrências que delinearão o reconhecimento da necessidade da segurança, do desenvolvimento e da defesa nacional.
1.4	3	AR	Agenda ampliada de segurança: dinâmicas e atores	- Discutir o estado da arte da geopolítica global de interesse para a segurança, desenvolvimento e defesa nacionais.	- Identificação dos atores e movimentos para consolidar a agenda ampliada de segurança.



DISCIPLINA	COORDENADOR	CÓDIGO	CH
2. O Ministério da Defesa e o Preparo e Emprego das Forças Armadas	Cel Av R/1 Fernando Sousa Bezerra	MDPE	11h/a

EMENTA: A disciplina oferece uma visão a respeito dos conceitos estratégicos, abordagens e aspectos fundamentais do debate sobre o Ministério da Defesa e o Preparo e Emprego das Forças Armadas (FFAA). Nesse sentido, ao longo da disciplina são tratados tópicos essenciais do planejamento e emprego das FFAA em suas respectivas áreas de atuação. Em complemento, o curso promoverá um estudo de campo, em uma Organização Militar que permitirá um melhor entendimento da atuação integrada das FFAA e a sua interoperabilidade.

OBJETIVO GERAL: Reconhecer o papel e a amplitude do campo de atuação do Ministério da Defesa e das Forças Armadas

UE	H/A	TE	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
2.1	3	AR	EMCFA: em operações conjuntas, subsidiárias, GLO, operação acolhida e operações de paz	Conhecer a atuação conjunta das FFAA nas diversas operações e demandas do Estado.	- Operações conjuntas - Operações subsidiárias - Operações de Paz e GLO
2.2	2	AR	A implementação do Planejamento baseado em capacidades (PBC)	Conhecer a metodologia de PBC e as suas principais ferramentas e possíveis resultados mediante o dimensionamento forças.	- Visão geral - Domínios da Gestão de Defesa - Princípios norteadores da Gestão de Defesa
2.3	2	AR	Marinha do Brasil: preparo e emprego	Conhecer a atuação da Marinha do Brasil nas diversas operações e demandas do MD.	- Breve histórico - Distribuição da força no território nacional - Preparo - Emprego
2.4	2	AR	Exército Brasileiro: preparo e emprego	Conhecer a atuação do Exército Brasileiro nas diversas operações e demandas do MD.	- Breve histórico - Distribuição da força no território nacional - Preparo - Emprego
2.5	2	AR	Força Aérea Brasileira: preparo e emprego	Conhecer a atuação da Força Aérea Brasileira nas diversas operações e demandas do MD.	- Breve histórico - Distribuição da força no território nacional - Preparo - Emprego



DISCIPLINA	COORDENADOR	CÓDIGO	CH
3. Base Industrial de Defesa e os Projetos Estratégicos	Prof. Dr. Peterson Silva	BIDPE	06h/a

EMENTA: A disciplina oferece conhecimentos gerais sobre o MD / SEPROD, quanto à Base Industrial de Defesa (BID), assim como sobre os Projetos Estratégicos das FFAA.

OBJETIVO GERAL: Reconhecer o papel fundamental do MD/SEPROD na gestão dos temas relativos à BID e a atuação das FFAA frente aos seus principais Projetos Estratégicos em desenvolvimentos.

UE	H/A	TE	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
3.1	3	AR	SEPROD – Os desafios da Base Industrial de Defesa - PAINEL	Conhecer o potencial industrial do Brasil, os Produtos de Defesa e os principais desafios da SEPROD, tendo em vista o orçamento de defesa.	- Economia de Defesa - Orçamento de Defesa - SEPROD E PROD - BID
3.2	1	AR	Marinha do Brasil – Projetos Estratégicos. (PAINEL)	Conhecer os projetos da Marinha do e a sua contribuição para a Segurança, Desenvolvimento e Defesa, bem como os reflexos para a BID.	- Principais projetos - Desdobramentos e recursos - Perspectivas
3.3	1	AR	Exército Brasileiro - Projetos Estratégicos. (PAINEL)	Conhecer os projetos do Exército Brasileiro e a sua contribuição para a Segurança, Desenvolvimento e Defesa, bem como os reflexos para a BID.	- Principais projetos - Desdobramentos e recursos - Perspectivas
3.4	1	AR	Força Aérea Brasileira - Projetos Estratégicos (PAINEL)	Conhecer os projetos da Força Aérea Brasileira Brasileiro e a sua contribuição para a Segurança, Desenvolvimento e Defesa, bem como os reflexos para a BID.	- Principais projetos - Desdobramentos e recursos - Perspectivas



DISCIPLINA	COORDENADOR	CÓDIGO	CH
4. Segurança, Desenvolvimento e Defesa Nacionais	Titular: Prof. Dr. Peterson Silva	SDD	11h

EMENTA: A disciplina oferece um panorama sobre a relação entre alguns dos projetos e programas realizados no âmbito dos setores de segurança e defesa nacionais e o desenvolvimento nacional. Mais especificamente, o foco é apresentar e discutir alguns dos principais desafios e oportunidades atinentes a iniciativas como o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o Programa Calha Norte (PCN/MD) e o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF/GSI). Ademais, é analisada a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tendo em vista a importância da região amazônica, e a questão da Inteligência Epidemiológica e Segurança Sanitária, sobretudo no que se refere às fronteiras brasileiras.

OBJETIVO GERAL: apresentar os principais iniciativas e questões atinentes à relação entre alguns dos projetos e programas realizados no âmbito dos setores de segurança e defesa nacionais e o desenvolvimento nacional. .

UE	H/A	TE	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
4.1	2	AR	Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR): desafios e oportunidades para a pesquisa científica brasileira	Destacar a importância e os principais desafios do Programa Antártico Brasileiro.	Panorama sobre o PROANTAR, origens, missão, objetivos e metas, sua contribuição para a pesquisa científica nacional e principais desafios.
4.2	2	AR	A atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Destacar a importância e os principais desafios da atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.	O Tratado de Cooperação Amazônica, origens da OTCA, composição, dimensões de atuação, a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), principais projetos e desafios.
4.3	2	AR	Inteligência epidemiológica e segurança sanitária nas fronteiras	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender aspectos atuais da Segurança sob enfoque ampliado, identificando ameaças sanitárias aos humanos e à economia/produção agropecuária - Identificar pontos críticos no campo da segurança sanitária das fronteiras, migrações e pandemias - Conhecer as possibilidades da Inteligência Epidemiológica na vigilância em saúde, no apoio à tomada de decisões e no processo de 	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar "saúde única", zoonoses, ameaças sanitárias, Inteligência Epidemiológica e resiliência - Identificar crises recentes relacionadas às mudanças climáticas, migrações, devastação ambiental, doenças emergentes e pragas agropecuárias - Levantar vulnerabilidades nas fronteiras, pontos chaves para robustecer a vigilância em saúde e a segurança integrada de fronteiras



				desenvolvimento da segurança integrada / resiliência	
4.4	4	AR	Programa Calha Norte e Desenvolvimento Nacional (PCN/MD)	Destacar a importância e os principais desafios do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa.	Panorama sobre o PCN/MD, origens, missão, objetivos estratégicos, sua contribuição para o desenvolvimento sustentável e para as comunidades indígenas, dinâmica orçamentária, principais ações e desafios.
4.5	4	AR	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF/GSI)	Destacar a importância e os desafios do PPIF/GSI.	Principais ameaças verificadas na Faixa de Fronteira, marco legal do PPIF, diretrizes, objetivos estratégicos, dinâmica interações, principais desafios de implementação e oportunidades.



DISCIPLINA		COORDENADOR		CÓDIGO	CH
5. Exercício de Simulação – Defesa Nacional		Professor Doutor Júlio Eduardo da Silva Menezes		ESDN -	29h/a
EMENTA: Gestão da portfolio em projetos estratégicos. Gestão de processos e ações programáticas. Gestão de crises nacionais de alta complexidade em ambiente fronteiriço					
OBJETIVO GERAL: Desenvolver um ambiente simulado de processo decisório aplicado ao setor de Defesa, para que os alunos possam vivenciar as dificuldades e tomarem decisões conscientes com auxílio de ferramentas gerenciais					
UE	H/A	TE	TÍTULO	UE	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
4.1		AR	Cenário 1 – Ambiente Intraministerial – Ministério da Defesa	Desenvolver uma simulação de processo decisório no ambiente do Conselho de Governança do Ministério da defesa (CONSUG-MD)	Introdução ao processo decisório no ambiente de gestão de portfólio de projetos estratégicos Panorama dos projetos estratégicos e seus indicadores de custo-efetividade e impactos na BID Noções gerais sobre a técnica de gestão de portfólio em projetos
4.2		AR	Cenário 2 – Ambiente interministerial (interagências) – Programa Integrado de Proteção de Fronteiras (PPIF)	Desenvolver uma simulação de processo decisório no ambiente do programa integrado de proteção de fronteiras (PPIF)	Introdução ao processo decisório no ambiente interagências Panorama dos conflitos e crimes transfronteiriços (narcotráfico, contrabando, tráfico de armas, etc) Noções gerais das técnicas gerenciais de hierarquização e priorização de ações gerenciais (5W-2H e matriz GUT)
4.3		AR	Cenário 3 – Ambiente de Gabinete de crises da Presidência da República (GC-PR)	Desenvolver uma simulação de processo decisório no ambiente do Comitê de Crise da Presidência da República (CC-PR)	Introdução ao processo decisório no ambiente de crise de alta complexidade Informações gerais da crise (contexto, atores, variáveis) Noções gerais da aplicação de técnicas gerenciais (arvore de decisões e análise de custo-benefício)



DISCIPLINA	COORDENADOR	CÓDIGO	CH
6. Poder Legislativo e Defesa Nacional	Fabio Almeida Lopes	ESDN	12h/a

EMENTA: A disciplina oferece uma introdução teórica ao Processo Legislativo por meio de apresentação de conceitos e dinâmicas fundamentais presentes no ambiente do Poder Legislativo. A aproximação inclui uma visão pragmática da atuação institucional em defesa de interesses junto aos parlamentares, além de uma contextualização dos principais colegiados legislativos de que influenciam as políticas públicas da Defesa Nacional. São, ainda, apresentadas, de forma introdutória, técnicas de negociação e de incidência no Processo Legislativo, bem como aspectos materiais e processuais da participação do Congresso Nacional na elaboração das leis orçamentárias.

OBJETIVO GERAL: Identificar os principais conceitos e dinâmicas de negociação do Poder Legislativo e as suas implicações para a segurança, desenvolvimento e defesa nacionais

UE	H/A	TE	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
5.1	2	AR	O orçamento de defesa nacional e o processo legislativo	Compreender o arcabouço do sistema orçamentário Entender os limites do Congresso Nacional na alteração do PLOA e dos créditos adicionais Compreender as etapas e decisões críticas da tramitação do PLOA no Congresso Nacional	Os limites da atuação Legislativa. Regras para alteração dos recursos alocados. Regras para alocação dos recursos destinados ao Legislativo. Fluxo da chegada do orçamento no Congresso até sua aprovação no Congresso Nacional.
5.2	2	AR	Poder Legislativo e processos políticos	Apresentar a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo Federal Conhecer as dimensões políticas do ambiente legislativo, seus fundamentos e decorrências Introduzir elementos de negociação e defesa de interesses	Estrutura e Funcionamento do Poder Legislativo Dimensões políticas do ambiente legislativo Dinâmicas de negociação e de defesa de interesses
5.3	2	AR	Poder Legislativo e Processo Legislativo	Conhecer os conceitos e regras básicas do Processo Legislativo Destacar a relevância de inserção das instituições da Defesa Nacional no Poder Legislativo	Panorama do Processo Legislativo Aplicabilidade do Processo Legislativo em defesa de interesses institucional Técnicas de atuação no Congresso Nacional



				Introduzir técnicas e procedimentos com aplicabilidade na construção e gerenciamento de relações no Congresso Nacional	
5.4	4	AR	As Comissões do Poder Legislativo de interesse por parte da Defesa Nacional	Conhecer o funcionamento e as regras básicas do sistema de comissões no Congresso Nacional e em suas Casas Destacar o papel das Comissões cuja área de atuação possui maior pertinência para com a Defesa Nacional	Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e do Senado Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado da Câmara Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional



DISCIPLINA	COORDENADOR	CÓDIGO	CH
7. Exercício de Simulação – Poder Legislativo	Fabio Almeida Lopes	ESPL	10h/a

EMENTA: A disciplina oferece uma experimentação prática do Processo Legislativo e da tomada de decisão política em ambiente de negociação, por meio da simulação com papéis de parlamentares com objetivos divergentes e convergentes de ocupação de espaços políticos, defesa de interesses e defesa de posições.

OBJETIVO GERAL: Desenvolver um ambiente simulado de processo decisório aplicado ao Poder Legislativo, para que os alunos possam vivenciar os desafios e tomarem decisões conscientes das técnicas de negociação e de defesa de interesses

UE	H/A	TE	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
6.1	2	AR	Apresentação do Cenário de Exercício de Simulação – Poder Legislativo	Apresentar o cenário de simulação de processo decisório do Poder Legislativo e as regras de processo legislativo que serão aplicadas	Introdução ao processo decisório no ambiente do Poder Legislativo Noções básicas de processo legislativo Informações gerais do cenário (contexto, partidos, agenda)
6.2	4	AR	Momento 1 - Ambiente de negociação pluripartidária: formação de Blocos e eleição da Mesa e de construção da Ordem do Dia: Colégio de Líderes	Desenvolver uma simulação de processo decisório no ambiente de formação de Blocos Parlamentares, eleição da Mesa Diretora e construção da pauta no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados	Introdução ao processo decisório no ambiente de formação de blocos para eleição da Mesa e do Colégio de Líderes Informações gerais do cenário (alianças, variáveis) Noções gerais da aplicação de técnicas de priorização e de negociação
6.3	4	AR	Momento 2.1 – Ambiente de deliberação pluripartidária: Comissão Permanente: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Plenário da Câmara dos Deputados	Desenvolver uma simulação de processo decisório no ambiente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN/CD) e do Plenário da Câmara dos Deputados	Introdução ao processo decisório no ambiente de deliberação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN/CD) e do Plenário Informações gerais do cenário (crises, influências) Noções gerais da aplicação de técnicas de obstrução e incentivo



B. Cronograma

CDNPL - CRONOGRAMA 2022

E S D	SEMANA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	MÊS	MARÇO			ABRIL				MAIO				JUNHO			
S	14	21	28	4	11	18	25	2	9	16	23	30	6	13	20	
T	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	24	31	7	14	13	
Q	16	23	30	6	13	20	27	4	11	18	25	1	8	15	14	
Q	17	24	31	7	14	TRADENTE S/ ANIVERSAR IO DE BRASILIA	28	5	12	19	26	2	9	CORPUS CHRISTI	15	
S	18	25	1	8	FERIADO PAIXÃO DE CRISTO	29	6	13	20	27	3	10	16			
S	19	26	2	9	16	23	30	7	14	21	28	4	11	18	17	
D	20	27	3	10	17	24	1	8	15	22	29	5	12	19	18	

Brasília, DF 12 de janeiro de 2022.

Vice-Almirante Paulo Renato ROHWER Santos

Comandante da Escola Superior de Defesa